INFORMATIVO
ABRIL | 2019

podemos
CÂMARA

SECRETÁRIO DE TRANSPARÊNCIA DA CÂMARA

Pág. 10

Deputado federal Roberto de Lucena (SP)

DEPUTADO FEDERAL JOSÉ NELTO PROPÕE DEBATE SOBRE A PRIVATIZAÇÃO E A CONCESSÃO DA BR-153

Pág. 3

RENATA QUER RECURSOS DO FUNDO NACIONAL NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Pág. 6

IGOR TIMO DEFENDE QUE SANEAMENTO DEVE FICAR COM ESTADOS E MUNICÍPIOS

Pág. 14

SUMÁRIO

3 Audiência Pública vai debater situação da BR-153, em Goiás

4 Aluisio Mendes convida e Ministro Marcos Pontes cumpre agenda oficial no Maranhão, em visita à Alcântara

5 Aprovado requerimento de Léo Moraes para criação de subcomissão de fiscalização de agências reguladoras

6 Renata quer recursos do Fundo Nacional no combate à violência contra a mulher

8 Pastor Marco Feliciano defende impeachment do vice Hamilton Mourão

9 Bacelar diz que nova política de salário mínimo é um tiro no pé

10 Deputado Roberto de Lucena é o secretário de transparência da câmara

12 Projeto concede seguro-desemprego a pescador artesanal afetado por clima adverso

13 Medeiros quer Tribunal do Júri para casos de corrupção

14 Saneamento deve ficar com estados e municípios

15 Diego Garcia quer criar Serviço de Proteção e Atendimento à Maternidade e à Primeira Infância

16 Podemos na imprensa

AUDIÊNCIA PÚBLICA VAI DEBATER SITUAÇÃO DA BR-153, EM GOIÁS

"REQUERI AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A PRIVATIZAÇÃO E CONCESSÃO DA BR-153, CONHECIDA COMO BELÉM-BRASÍLIA, UMA DAS MAIS IMPORTANTES RODOVIAS DO MEIO-NORTE DO PAÍS."

Brasília – A Comissão de Viação e Transporte (CVT) da Câmara Federal aprovou, no dia 20 de março, requerimento de autoria do Líder do PODEMOS, deputado federal José Nelto (GO), que propõe um debate sobre a privatização e a concessão da BR-153, conhecida como Belém-Brasília, uma das mais importantes rodovias do meio-norte do País. A rodovia é a principal ligação entre os estados do Tocantins, Maranhão, Pará e Amapá com o centro-sul do Brasil.

A BR interliga também o norte a regiões produtoras de Goiás com os estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Distrito Federal. A Audiência, com data ainda a ser definida, vai acontecer no Município de Porangatu- região norte do Estado. A cidade se transformou em um dos mais importantes corredores rodoviários, por onde é escoada grande parte da produção agrícola e industrial do Brasil.

Na justificativa para aprovar o requerimento, o deputado federal José Nelto apontou vários problemas que atingem a rodovia, entre eles, o perigo para quem trafega, por conta do péssimo estado de conservação e um traçado sinuoso, o que, em muitos casos, representa acidentes fatais ou ameaça para os motoristas. A discussão proposta prevê a concessão para o trecho entre Anápolis-GO a Aliança do Tocantins-TO.

A audiência publica aprovada pela CVT da Câmara vai debater com todas as autoridades envolvidas os investimentos no período de concessão, como por exemplo, a melhoria na malha e outros benefícios e, principalmente, os valores do possível pedágio a ser cobrado.

CONVIDADOS

Pelo requerimento aprovado na Comissão onde o deputado José Nelto é titular, vão ser convidados a participar o ministro dos transportes, Tarciso Gomes de Freitas, além dos governadores de Goiás, Minas Gerais, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Deputados Federais e Senadores

> “O BRASIL JÁ PERDEU APROXIMADAMENTE 15 BILHÕES DE REAIS POR NÃO UTILIZAR A BASE DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA.”

ALUISIO MENDES CONVIDA E MINISTRO MARCOS PONTES CUMPRE AGENDA OFICIAL NO MARANHÃO, EM VISITA À ALCÂNTARA

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, confirmou agenda a partir do próximo domingo (14) no Maranhão a convite do deputado federal Aluisio Mendes (Podemos/MA). O objetivo da missão é esclarecer os termos do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) entre o Brasil e Estados Unidos à população maranhense.

A vinda do astronauta Marcos Pontes ao Maranhão, especialmente ao Centro Espacial de Alcântara, foi possível a partir de articulações com o deputado Aluisio Mendes, constatação presente em várias mídias publicadas pelo parlamentar que mostra as articulações no gabinete do ministro, em Brasília. Na ocasião, o deputado demonstrou apoio irrestrito ao projeto, reforçou a importância do apoio do Congresso na cooperação Brasil-Estados Unidos e defendeu os benefícios da aprovação do acordo.

“O Brasil já perdeu aproximadamente 15 bilhões de reais por não utilizar a base de lançamento. Com a aprovação do acordo, o Brasil se insere no mercado espacial global com potencial tecnológico, e turístico”, disse o deputado. Ao deputado, o ministro Marcos Pontes afirmou que a transferência de renda às comunidades está entre as vantagens da proposta: “O ministro foi bastante claro quando disse que o povo do Maranhão será beneficiado. Nós teremos o cuidado de zelar pelos direitos das comunidades e posso assegurar que ninguém sairá prejudicado”, afirmou o deputado.

No domingo (14), o ministro deverá visitar a estrutura da base aérea, em Alcântara. A partir de segunda-feira (15), Marcos Pontes – acompanhado por Aluisio Mendes – visitará universidades e participará de audiência pública para apresentar o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas.

O deputado federal Léo Moraes (Podemos/RO) apresentou, na quarta-feira (10), um requerimento à Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados para a criação de uma subcomissão para acompanhar e fiscalizar as atividades das agências reguladoras do país. O projeto será analisado e votado pelo plenário do colegiado.

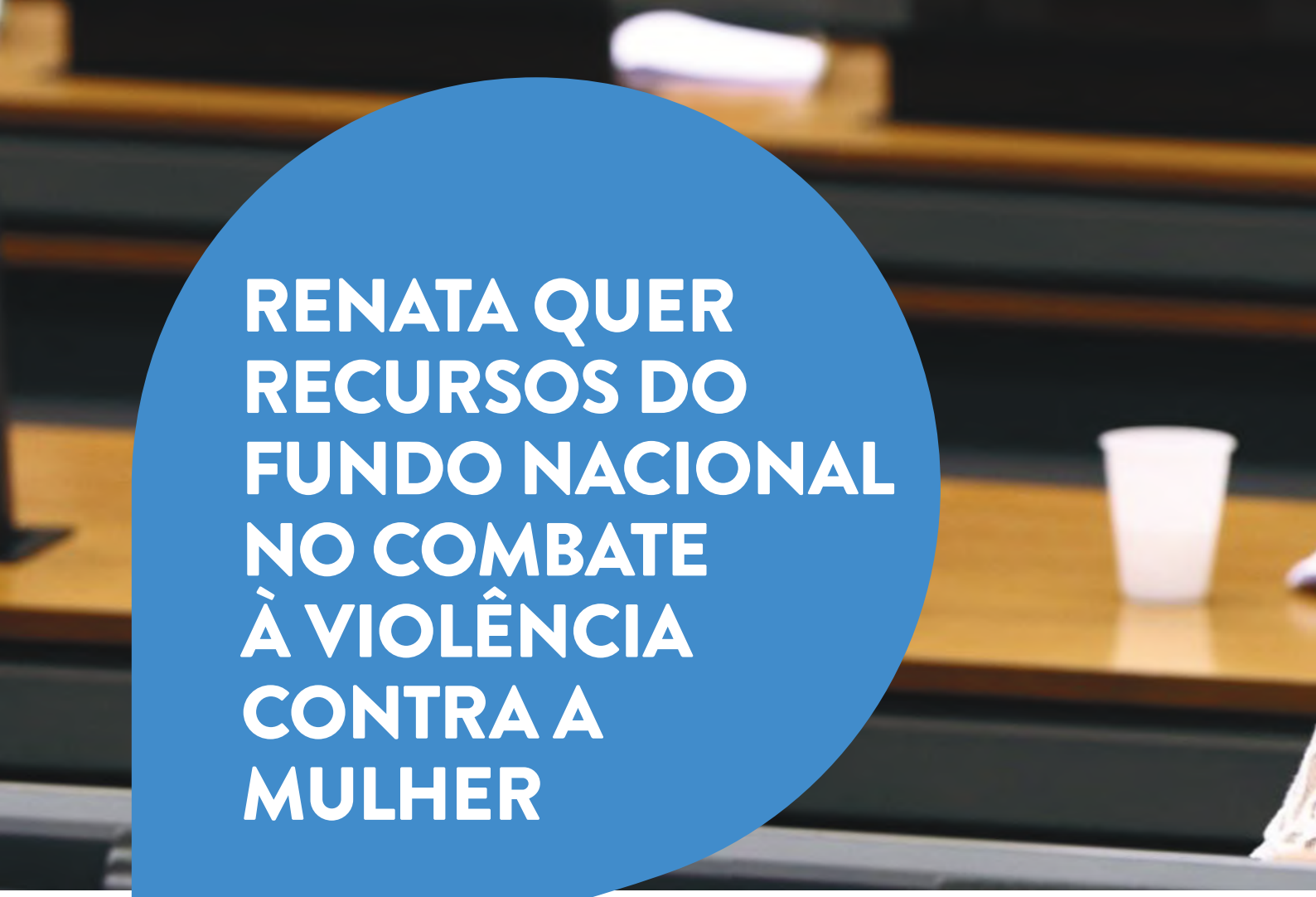
De acordo com o deputado, as agências foram criadas para fiscalizar atividades suspeitas de empresas que oferecem bens e serviços no país, mas já não cumprem mais esse papel. "Hoje, as agências reguladoras pensam nos seus próprios interesses, em conluio com os empresários, deixando a população ao léu, sem ter a quem recorrer em casos de cobranças abusivas ou serviços mal prestados".

O parlamentar ressalta que um dos claros exemplos é a respeito da situação da tarifa de energia em Rondônia. "A agência reguladora da energia elétrica permitiu a privatização do serviço em Rondônia. De repente, a conta sobe em 30%, com anuência de quem deveria fiscalizar esse tipo de abuso. Depois de tantas reuniões e negociações, a conta é reduzida em apenas 7%. E a população continua a Deus dará, pagando pelas consequências desse tipo de situação".

"Não é uma caça às bruxas que queremos promover, nem demonizar as agências reguladoras. Elas são extremamente importantes para o bom funcionamento da prestação de bens e serviços à população, mas precisam ter a postura de defender a sociedade. É isso que queremos garantir com a subcomissão", explica o deputado Léo Moraes.

APROVADO REQUERIMENTO DE LÉO MORAES PARA CRIAÇÃO DE SUBCOMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DE AGÊNCIAS REGULADORAS

"DEFENDO A CRIAÇÃO DE UMA SUBCOMISSÃO PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS ATIVIDADES DAS AGÊNCIAS REGULADORAS DO PAÍS."



RENATA QUER RECURSOS DO FUNDO NACIONAL NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

"Os números da violência de gênero mostram que não há lugar seguro para a mulher no Brasil. Muita coisa precisar ser feita urgentemente para frear essa triste realidade." A declaração é da deputada federal Renata Abreu (Podemos/SP), que tem tido uma atuação intensa na busca de mecanismos que ajudem a mudar esse cenário.

Ela é autora de 44 projetos em defesa dos direitos e da segurança da mulher e da família. Um deles é o PL 123/2019, para que programas de combate e prevenção da violência contra a mulher sejam incluídos como modalidade de projeto apoiado pelo Fundo Nacional de Segurança Pública e que os recursos desse fundo sejam usados em ações envolvendo prevenção e combate à violência doméstica e familiar.

"Os números mostram que feminicídios e tentativas de assassinato dispararam no Brasil, assim como as agressões físicas, sexuais e emocionais, revelando que a mulher sofre violência dentro de casa, no transporte público, no trabalho. Estamos vivendo a banalização da agressão contra a mulher", afirma a deputada.

O ano passado foi cruel para as mulheres. Os feminicídios e as tentativas de assassinato dispararam

> "OS NÚMEROS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO MOSTRAM QUE NÃO HÁ LUGAR SEGURO PARA A MULHER NO BRASIL."

no país. Em alguns casos, mais do que dobraram. E 2019 começou ainda mais violento. Os números mostram que a covardia cresce no Brasil, reflexo, segundo especialistas, de uma cultura de tolerância e banalização da agressão contra a mulher.

Segundo levantamento encomendado ao DataFolha pela ONG Fórum Brasileiro de Segurança Pública e divulgado em fevereiro deste ano, nos últimos 12 meses, 1,6 milhão de mulheres foram espancadas ou sofreram tentativa de estrangulamento no Brasil, enquanto 22 milhões (37,1%) de brasileiras passaram por algum tipo de assédio. Dentro de casa, 42% crimes dessas atrocidades ocorreram no ambiente doméstico. Após sofrer uma violência, mais da metade das mulheres (52%) não denunciou o agressor ou procurou ajuda.

O assassinato de mulheres também disparou, segundo o Ligue 180, canal do agora Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Em 2018, o crime aumentou 63% passando de 24 assassinatos entre julho e dezembro de 2017, para 39 no mesmo período de 2018. As tentativas de feminicídio saltaram de 2.749 para 4.018 no mesmo recorte de tempo: alta de 46%. Apesar de assustador, o dado é considerado subnotificado, porque nem todos os casos são declarados.

Daí a importância da proposta de Renata Abreu, assegurando recursos para importantes ações, como a implantação e funcionamento de centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar; casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar; delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar; além de programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar. “Ações que, implementadas, irão contribuir de forma considerável para que a violência contra as mulheres seja efetivamente combatida e reduzida em nosso País”, declara a parlamentar.

O projeto está tramitando na Comissão dos Direitos da Mulher, cuja relatora designada é a deputada Tábata do Amaral (PDT-SP). A partir de hoje passa a contar o prazo de sessões para que integrantes desse colegiado apresentem eventuais emendas à proposta.

> “A NAÇÃO NÃO PODE FICAR À MERCÊ DOS MAUS GOVERNANTES, DA VAIDADE E DO DESPREPARO EMOCIONAL DAQUELES QUE ALÇADOS A CARGOS DE RELEVO SE DESLUMBRAM COM O PODER.”

PASTOR MARCO FELICIANO DEFENDE IMPEACHMENT DO VICE HAMILTON MOURÃO

O deputado Pastor Marco Feliciano (Podemos/SP) protocolou , em 16 de abril, pedido de impeachment contra o vice-presidente da República, Hamilton Mourão. O parlamentar argumenta que Mourão tem adotado “conduta indecorosa, desonrosa e indigna” em relação ao cargo que ocupa no governo do Presidente Jair Bolsonaro.

“A nação não pode ficar à mercê dos maus governantes, da vaidade e do despreparo emocional daqueles que alçados a cargos de relevo se deslumbram com o poder“, redigiu o deputado no documento em que requer o impeachment de Hamilton Mourão.

O pedido apresentado pelo Pastor Marco Feliciano é embasado em posturas que ele considera inaceitáveis como a curtida do vice-presidente em um comentário crítico a Bolsonaro nas redes sociais às suas posições no campo moral diferentes das manifestadas pelo presidente e pela bancada evangélica, como no caso do aborto: “Deve ser uma decisão da mulher“, sustenta Hamilton Mourão.

O deputado Pastor Marco Feliciano ainda cumprimenta o presidente eleito da Frente Parlamentar Evangélica, deputado Pastor Silas Câmara, que foi escolhido por aclamação para comandar as atividades que serão desempenhadas pelo grupo.

O líder do Podemos na Bahia, deputado Bacelar (Podemos/BA), criticou duramente a política de salário mínimo apresentada pelo presidente Jair Bolsonaro. O parlamentar classificou a medida como "um tiro de canhão" contra os interesses dos brasileiros por congelar as desigualdades históricas do país e diminuir a participação de milhões de brasileiros no mercado de consumo, aprofundando a recessão econômica. "Esta é mais uma medida de Bolsonaro contra os trabalhadores e a favor dos empresários. Ano passado ele disse, entre outras coisas, que "era difícil ser patrão no Brasil", mesmo após a entrada em vigor da lei Trabalhista que acabou com 100 itens da CLT" disparou.

Outro ponto abordado pelo baiano foi o poder de consumo dos brasileiros. Segundo ele, a valorização do salário mínimo, junto com demais políticas sociais, gerou a maior mobilidade social já vista na história do país, levando 43 milhões de brasileiros da pobreza para a classe média. "A saída para a crise, ao contrário do que diz Bolsonaro e seus ministros pró-banqueiros, é estimular o consumo, incrementar a economia. E, para isso, valorizar o salário mínimo é condição essencial".

Bacelar disse ainda que o presidente governa apenas para os banqueiros que financiaram sua campanha. "Não temos que pagar a fatura dessa dívida. Não temos nada a ver com a dívida de sua candidatura. Vamos reagir. Não à perseguição de Bolsonaro" clamou.

BACELAR DIZ QUE NOVA POLÍTICA DE SALÁRIO MÍNIMO É UM TIRO NO PÉ

"A SAÍDA PARA A CRISE, AO CONTRÁRIO DO QUE DIZ BOLSONARO E SEUS MINISTROS PRÓ-BANQUEIROS, É ESTIMULAR O CONSUMO, INCREMENTAR A ECONOMIA. E, PARA ISSO, VALORIZAR O SALÁRIO MÍNIMO É CONDIÇÃO ESSENCIAL."

“NA SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA TEREI O DESAFIO DE FISCALIZAR O USO DE RECURSOS PÚBLICOS E MANTER UM CANAL DIRETO COM A POPULAÇÃO.”

DEPUTADO ROBERTO DE LUCENA É O SECRETÁRIO DE TRANSPARÊNCIA DA CÂMARA

O deputado federal Roberto de Lucena (Podemos/SP) foi nomeado, no dia 5 de abril, Secretário de Transparência da Câmara. A nova secretaria foi criada no início do mês, após aprovação de um Projeto de Resolução da Mesa.

A Secretaria de Transparência, sob o comando de Lucena, terá como função supervisionar o cumprimento da Lei de Acesso à Informação (12.527/11) na Casa, além de promover e fomentar a cultura da transparência, propondo medidas de aprimoramento da legislação, acesso à informação e controle social da administração pública, entre outras funções.

Presidente da Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção, terá como desafio agora fiscalizar o uso de recursos públicos e manter um canal direto com a população. E também proporcionar ao cidadão o acompanhamento das ações e despesas da Câmara dos Deputados.

"Isso só mostra o reconhecimento ao nosso trabalho pela transparência na aplicação de recursos públicos e no combate à corrupção. Temos que buscar ainda mais um diálogo permanente com a sociedade", destacou o deputado.

> “APRESENTEI PROJETO QUE CONCEDE SEGURO-DESEMPREGO AO PESCADOR ARTESANAL IMPEDIDO DE EXERCER A ATIVIDADE POR CAUSA DE CONDIÇÕES CLIMÁTICAS OU METEOROLÓGICAS DESFAVORÁVEIS.”

PROJETO CONCEDE SEGURO-DESEMPREGO A PESCADOR ARTESANAL AFETADO POR CLIMA ADVERSO

É de autoria do deputado federal Ricardo Teobaldo (Podemos/PE) o Projeto de Lei 737/19, que concede seguro-desemprego no valor de um salário mínimo, por até três meses, ao pescador artesanal impedido de exercer a atividade por causa de condições climáticas ou meteorológicas desfavoráveis. O texto tramita na Câmara dos Deputados.

O benefício deverá ser custeado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que hoje financia o abono salarial e o seguro-desemprego tradicional. Receberão o auxílio os pescadores profissionais que exercerem a sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar – sem usar empregados, ainda que com auxílio eventual de parceiros.

HABILITAÇÃO

Para se habilitar ao benefício, o pescador deverá apresentar os seguintes documentos:

- registro de pescador profissional emitido pelo menos um ano antes da data do início do defeso (suspensão da pesca);
- comprovantes de inscrição no INSS como pescador e do pagamento da contribuição previdenciária;
- comprovante de que não recebe nenhum benefício de prestação continuada da Previdência ou da Assistência Social, exceto auxílio-acidente e pensão por morte;
- atestado da colônia de pescadores a que esteja filiado.

O seguro-desemprego será cancelado se o pescador começar outra atividade remunerada, falecer, for beneficiado (posteriormente) por uma safra significativa ou se for identificada falsidade nas informações prestadas para o recebimento do benefício.

TRAMITAÇÃO

O projeto será analisado em caráter conclusivo pelas comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Trabalho, de Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Foto: Vinicius Loures/
Câmara dos Deputados

MEDEIROS QUER TRIBUNAL DO JÚRI PARA CASOS DE CORRUPÇÃO

"AS REDES SOCIAIS DEIXARAM UM RECADO MUITO CLARO NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES. QUEM É O DONO DO DESTINO É O POVO, EMANA TUDO DELE, CONFORME PREGA NOSSA PRÓPRIA CONSTITUIÇÃO."

Dentre os 58 projetos já apresentados pelo deputado federal, José Medeiros (Podemos/MT), em seus três primeiros meses de atuação parlamentar nesta legislatura da Câmara, maior parte são destinados ao setor de segurança pública e ampliação do direito de legítima defesa a policiais e cidadãos comuns. Mas um, em específico, o PL836/2019, pode dar novo dispositivo para julgamentos de casos de corrupção no Brasil. O deputado quer tribunais de júri atuando neste tipo de crime.

Segundo Medeiros, a participação popular no julgamento traria uma importante mensagem de integralidade de responsabilidade da sociedade no processo de avaliação daqueles que são responsáveis para dar rumo ao orçamento público. "Quando alguém recebe a condição de ser um servidor público, sobretudo quem foi eleito para isso, não é admissível que esta pessoa use dessa confiança destinada a si para benefício pessoal, causando mortes, inclusive. O Tribunal de Júri ofereceria um instrumento muito interessante na busca da justiça, exatamente pela participação do povo, que pagou o salário e por vezes deu poder àquele réu", avaliou.

Tecnicamente, ainda de acordo com o parlamentar, a Constituição fala sobre o Tribunal do Júri como um mecanismo para os casos de crimes dolosos contra a vida, mas não há qualquer vedação para que isto seja ampliado. Medeiros afirma que o futuro da política e também do Judiciário apontam para intervenções populares cada vez mais presentes e que isso representa um avanço dentro do que considera ideal para a sociedade e crê que boa parte das autoridades públicas já vêm se adequando a isso.

"As redes sociais deixaram um recado muito claro nas últimas eleições. Quem é o dono do destino é o povo, emana tudo dele, conforme prega nossa própria Constituição. As pessoas estão dispostas a contribuir, a tornar este país um lugar mais justo e mais próspero. Não tenho dúvida alguma que a maior parte dos servidores públicos vêm na nossa proposta uma ótima ideia. A constitucionalidade do Tribunal de Júri para crimes dolosos contra a vida é uma competência mínima, ou seja, não pode ser suprimida, mas tranquilamente ampliada por lei ordinária, como estamos propondo", ressaltou.

O PL 836/2019 prevê alteração do Código de Processo Penal para a corrupção passiva e ativa, quando a vantagem indevida for igual ou superior a quinhentos salários mínimos.

“SANEAMENTO É SAÚDE E ÁGUA É VIDA!”

SANEAMENTO DEVE FICAR COM ESTADOS E MUNICÍPIOS

Durante debate na Comissão Mista da Medida Provisória 868/2018, que altera o marco legal do saneamento básico, o deputado federal Igor Timo (Podemos/MG) defendeu a autonomia de estados e municípios no trato das questões hídricas e de saneamento, conforme está escrito na Constituição Federal.

Para o deputado Igor Timo, a mudança do marco legal do saneamento não deveria ter sido tratada por medida provisória, deveria ter sido encaminhada ao Congresso por meio de projeto de lei.

> “A Agência Nacional de Águas (ANA) pode regulamentar, mas nunca assumir essa função para si. Essa comissão serviu para lembrar que devemos tomar medidas imediatas. Em meu estado, Minas Gerais, há um grave processo de desertificação nas regiões nordeste e norte do estado, onde 85% dos rios e córregos desapareceram. Saneamento é saúde e água é vida!”, declara Igor Timo.

DIEGO GARCIA QUER CRIAR SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO À MATERNIDADE E À PRIMEIRA INFÂNCIA

“PRECISAMOS AJUDAR AS FAMÍLIAS A CRIAREM OS PRIMEIROS VÍNCULOS COM A CRIANÇA, QUE COMEÇAM NA MATERNIDADE, POIS AJUDARÃO DESDE JÁ EM SEU DESENVOLVIMENTO FUTURO.”

O serviço garante mais benefícios às gestantes em situação de vulnerabilidade social e suas famílias

O deputado federal Diego Garcia (Podemos/PR) é autor de uma proposta (PL 147/2019) que sugere a criação do Serviço de Proteção e Atendimento à Maternidade e à Primeira Infância (Pampi), que consiste na oferta de apoio, orientação, acompanhamento e encaminhamento multidisciplinar à gestante em situação de vulnerabilidade social e à primeira infância.

O parlamentar explica que o objetivo do PL é contribuir para o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais e para o desenvolvimento de ações e estratégias que permitam a conciliação entre vida familiar, pessoal, profissional e comunitária. “Apesar de já existirem instrumentos legislativos e alguns outros serviços que garantem o atendimento e proteção à família e à gestante, não se observa a existência de programas específicos para proteção à maternidade, que visem explicitamente apoiar, de forma abrangente, as gestantes em situação de vulnerabilidade social e suas famílias, em um momento tão especial da vida da mulher”, afirma.

A proposta também sugere o aproveitamento das estruturas de saúde e assistência social já existentes para oferecer serviços como encaminhamento aos serviços de saúde para acompanhamento pré-natal; atendimento psicossocial; alojamento temporário; orientação e direcionamento para programas de auxílio e promoção da autonomia econômica, de geração de trabalho e renda; e serviços destinados à garantia e promoção de direitos das famílias, das mulheres e das crianças e adolescentes.

Diego Garcia destaca que o Estado deve acolher a gestante, oferecendo o apoio que ela precisa para fortalecer o elo familiar com o bebê e garantir seu desenvolvimento futuro. “Ainda podemos visualizar a proposta em uma perspectiva de família. A maternidade e a primeira infância representam um elo contínuo desde o período de gestação. E essa mãe precisa ter um acolhimento do Estado e orientação em relação à saúde, assistência social, alimentação, afeto, entre outros. Principalmente nesses casos de gravidez não planejada, mas desejada. Precisamos ajudar as famílias a criarem esses primeiros vínculos com a criança, que começam na maternidade, pois ajudarão desde já em seu desenvolvimento futuro”.

O parlamentar também conta que, hoje, esse trabalho já é feito por algumas organizações da sociedade civil. “Existem alguns centros de atendimentos que acolhem essas famílias, mas queremos preencher essa lacuna que há na iniciativa pública e utilizar serviços de saúde e assistência social já existentes no serviço público para fortalecer ainda mais a garantia da proteção e valorização da família, da criança e da mulher”.

PODEMOS N

aRede

Projeto que permite aborto em caso de microcefalia é barrado

Com apoio de Damares, deputados relançam frente 'pró-vida' que é contra aborto em todas as situações

Com mais de duzentas assinaturas de deputados, a Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família foi relançada nesta quarta-feira (27) com a presença de líderes religiosos, além de deputados das frentes católica e evangélica. A ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, foi a convidada mais esperada da cerimônia. O coordenador da Frente Parlamentar, deputado Diego Garcia (Pode-PR), ressaltou que, desde a troca de governo, há um diálogo diferenciado com o Poder Executivo e avanços nas políticas

BN BAHIANOTÍCIAS

Segunda, 22 de Abril de 2019 - 10:00

Lançado candidato a prefeito por aliado, Bacelar afirma que ainda não há decisão

por Rodrigo Daniel Silva

Foto: Reprodução / Facebook

Lançado pré-candidato a prefeito de Salvador para 2020 pelo vereador Sidinho (Podemos), o deputado federal Bacelar (Podemos) afirmou, nesta segunda-feira (22), que a decisão sobre uma eventual postulação só deve ocorrer no próximo ano.

"Ele que disse (que sou candidato). Não fui eu não. Eu acho que ainda é cedo para isso. Agora, é natural que o meu nome, que foi o segundo deputado federal mais votado, seja ventilado. Eu acho que isso (uma

JORNAL OPÇÃO

43 Anos

25/04/2019

/ Bastidores

Articulando

José Nelto convida Abelardo Vaz e o prefeito de Inhumas para se filiarem ao Podemos

Deputado federal diz que está fazendo uma operação política para fortalecer o partido tendo em vista a disputa de 2020

Jornal Opção

o antagonista

"Já deu"

Brasil 11.04.19 18:32

José Nelto, líder do Podemos na Câmara, defende que a reforma da Previdência seja aprovada na terça-feira na CCJ.

"Já deu. O Congresso precisa estar em sintonia com a população", disse ele a O Antagonista.

Se a reforma não andar, comentou ele, vai ficar claro que "estão querendo algo em troca".

Nelto acrescentou que as discussões sobre o texto devem ser concentradas na comissão especial.

Bolsonaro Tem Pouco Tempo Para Salvar a Sua Aposentadoria. Você precisa acompanhar de perto essa missão se quiser proteger seu futuro. ***LEIA AQUI***

Terça Livre

Projeto poderá facilitar a compra de celulares para estudantes de instituições públicas de ensino

Proposta isenta do imposto sobre produtos industrializados, computadores, smartphones, tablets, notebooks, quando adquiridos por professores em exercício e estudantes matriculados em instituições públicas de ensino.

Trata-se do projeto apresentado pelo deputado Ricardo Teobaldo (PODE-PE), que tramita na Câmara dos Deputados. Conforme o texto, o uso de equipamentos eletrônicos na educação tem se mostrado cada vez mais essencial

UOL

ECONOMIA

Bolsonaro passa a considerar mudanças em BPC e rural, diz presidente do Podemos

Após reunião com o presidente Jair Bolsonaro, no Palácio do Planalto, a presidente do Podemos, Renata Abreu, afirmou que o partido apoia a reforma da Previdência, mas que defende algumas alterações na proposta apresentada pelo governo. "Quanto à reforma da Previdência, nós somos favoráveis, mas com algumas alterações, que inclusive o próprio presidente (Bolsonaro) já passou a considerar, como BPC (*Benefício de Prestação Continuada*), e aposentadoria do trabalhador rural", disse.

Questionada se Bolsonaro já admite que pode haver mudanças nesses dois pontos, Renata respondeu que sim.

Apesar do apoio à reforma, a presidente do Podemos disse que o partido vai manter posição de independência em relação ao governo, sem fechar questão de ordem quanto à votação da Previdência. "Essa posição de independência vai se manter. Nós queremos ajudar sim o Brasil a funcionar e que as reformas

A IMPRENSA

congressoemfoco

Marco Feliciano, vice-líder do governo, pede impeachment de Mourão

Um dos vice-líderes do governo no Congresso, o deputado Pastor Marco Feliciano (Podemos-SP) deu entrada nesta terça-feira (16) a um pedido de impeachment contra o vice-presidente da

HORA DO POVO

"Bolsonaro é o responsável pelos desmandos no MEC", diz o deputado Bacelar

CÂMARA DOS DEPUTADOS

NOTÍCIAS

SEGURANÇA

29/03/2019 - 13h16

Combate à violência contra a mulher poderá receber verba de Fundo de Segurança Pública

O Projeto de Lei 123/19 autoriza o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) a financiar programas de prevenção e combate à violência contra a mulher. A proposta tramita na Câmara dos Deputados.

O texto foi apresentado pela deputada Renata Abreu (Pode-SP), e baseia-se em proposta (PL 6129/16) do ex-deputado Flavinho (SP), arquivada na legislatura passada, encerrada em 31 de janeiro de 2019.

Segundo o projeto, entre as ações que poderão ser financiadas pelo FNSP estão casas-abrigos, delegacias, núcleos de defensoria pública e serviços de saúde especializados no

senadonoticias

Comissão vota relatório de MP sobre Região Metropolitana do Entorno

A comissão mista que analisa a Medida Provisória (MPV) 862/2018 deve votar na terça-feira (23) o relatório do deputado José Nelto (Pode-GO). A MP modifica o Estatuto da Metrópole e permite a criação da Região Metropolitana do Entorno,

webdiario

POLÍTICA | COTIDIANO | POLÍCIA | ESPORTES | LAZER

Câmara aprova projeto de Renata Abreu que prorroga início da licença maternidade

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira, proposta de autoria da deputada federal Renata Abreu (Podemos), que prorroga o início da licença-maternidade quando, após o parto, a mulher ou o seu filho permanecerem em internação hospitalar por mais de três dias. De acordo com a redação aprovada, a critério exclusivo da trabalhadora, ela poderá pedir a suspensão da licença-maternidade após decorridos 15 dias de seu início se o recém-nascido permanecer internado no hospital. A ideia é garantir que, em casos mais sérios de tratamento da saúde do nascituro, a mãe não seja prejudicada com uma licença menor para cuidar da criança que estava sob os cuidados do hospital nesse período.

A partir da alta hospitalar, a licença será retomada pelo prazo remanescente. "A licença-maternidade não é apenas um direito que assegura a recuperação física da mãe. Ela também tem por finalidade possibilitar a adaptação recíproca entre a família e a nova criança", afirma a

globo.com | g1 | globoesporte | globoplay | vídeos

O GLOBO

Vice-líder de Bolsonaro, Marco Feliciano pedirá impeachment de Mourão

Marco Feliciano, vice-líder do governo, revolveu fazer barulho: entra na terça-feira com um pedido de impeachment de Hamilton Mourão — aliás, impeachment de vice é algo inédito no Brasil.

Feliciano sustenta que Mourão adotou comportamento "indigno" e "indecoroso" ao aceitar

EXPEDIENTE

LIDERANÇA DO PODEMOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Líder do Podemos na Câmara dos Deputados:
deputado federal José Nelto (GO)

Presidente Nacional do Podemos: deputada federal Renata Abreu

Chefe de Gabinete: Fábio de Souza Oliveira

Direção Geral: Fernando Vieira

Jornalista Responsável: Alisson Esteves

Colaboradores:
Danielle Soares, Gabrielle Fernandes, Débora Arruda, Danilio Oliveira, Flávia Rabelo, Lola Nicolás, Mariana Torres, Maura Mosquera, Robert Alves, Gustavo Schuabb, Thiago Bastos, Rafael Secunho, Hevandro Soares, Vanessa Pimenta.

Foto de Capa: Saulo Rolim

Projeto gráfico:
IV5 Inteligência em Comunicação e Marketing

JUNTOS PODEMOS

podemos.org.br

podemos19

podemos
CÂMARA